

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.824 - PA (2019/0294910-0)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : DELEY BARBOSA EVANGELISTA**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PACIENTE : JEAN VINICIUS DO NASCIMENTO PEREIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JEAN VINICIUS DO NASCIMENTO PEREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (HC n. 0807080-54.2019.8.14.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi condenado em 24/7/2019 à pena de 7 anos reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto, negado o direito de recorrer em liberdade, pela prática do crime previsto no art. 33, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 57 e 58).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, que a condenação do paciente, por si só, não é apta para a manutenção da segregação cautelar, sendo esta desnecessária, por se tratar de paciente primário, com bons antecedentes, residência fixa e proposta de emprego lícito (e-STJ fl. 16). O Tribunal, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 14 e 15):

*HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO. APELO EM LIBERDADE. NEGATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO OCORRÊNCIA. AFRONTA AO POSTULADO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. INSUBSISTÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. REQUISITOS DE CUNHO SUBJETIVOS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVRESAS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.*

*1. Constatado que a fundamentação apresentada pelo juízo primevo ao manter a prisão do réu, após condená-lo está calcada em fatos concretos que justificam a manutenção da segregação cautelar como forma de garantia da ordem pública. Em sendo assim, não fere o princípio da presunção de inocência a vedação do direito de recorrer em liberdade, se ocorrentes os*

# Superior Tribunal de Justiça

*pressupostos legalmente exigidos para a custódia preventiva. Igualmente inviável se mostra a revogação levando-se em conta, tão somente, os requisitos de cunho subjetivos favoráveis, conforme entendimento da súmula 08 deste TJ.*

*2. Evidenciada, em elementos objetivos, a imprescindibilidade da manutenção da custódia preventiva do paciente, inviável a sua substituição por medidas cautelares diversas.*

*3. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.*

Na presente oportunidade, a defesa alega que as decisões que decretaram e mantiveram a segregação cautelar do paciente utilizaram suposto clamor social como argumento para o decreto prisional, bem como calcaram sua manutenção em razão do tempo da instrução criminal e o fato de o paciente responder por um crime na comarca.

No entanto, ressalta que o paciente nunca respondeu por nenhum processo criminal, muito menos naquela comarca e sublinha que *o recorrente foi condenado a cumprir sua pena em regime semiaberto, mas até nos dias atuais encontra-se preso preventivamente em regime fechado, regime esse mais gravoso que o da própria sentença, assim devendo prosperar o recurso* (e-STJ fl. 7).

Por fim, alega aplicabilidade das medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, ante as condições pessoais favoráveis ao paciente.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva do paciente por medidas cautelares diversas da prisão, conforme o art. 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que as disposições previstas nos arts. 64, III, e 202 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do Relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma

# *Superior Tribunal de Justiça*

com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrária (AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 3/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/4/2019, DJe 22/4/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, *uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental* (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido ( EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, *para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a*

# Superior Tribunal de Justiça

viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

Com efeito, o *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

Entendo ser o caso em exame.

Segundo consta da sentença, (...) ***o acusado, não é iniciante no crime, registrando outros procedimentos criminais.*** Ao final, manteve a prisão do réu (e-STJ fl. 58):

*Deixo de conceder o direito de apelar em liberdade, tendo em vista que verifico ainda subsistirem os motivos da prisão, já que a quantidade de droga apreendida convulsiona a sociedade local, muito mais, depois do reconhecimento das circunstâncias aqui expostas.*

Disse o Tribunal estadual ao denegar a ordem (e-STJ fl. 18):

*Constata-se da decisão acima que embora sucinta, não se ressenete da fundamentação, pois à vista do contexto fático dos autos, o magistrado singular entendeu que ainda subsistem os motivos que levaram a decretar a prisão preventiva na fase instrutória, tendo-se que o pressuposto do periculum libertatis se faz presente, urgindo a manutenção da prisão do agente para garantia da ordem pública, vez que restou evidenciado que o mesmo optou por fazer do tráfico de drogas a sua atividade laboral, pois segundo consta nos autos ***o paciente confessou ainda perante a autoridade policial que a droga lhe pertencia que havia comprado 15 pedras de oxi pelo valor de R\$ 100 (cem) reais e diminuídos algumas pedras, transformando-as em 23 petecas, e que já havia vendido três petecas de entorpecentes, pelo valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada.****

*Não se pode olvidar que se trata de crime contra a saúde pública de conseqüências nefastas à sociedade, que atualmente*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*se vê refém da epidemia da drogadição, cuja prática delitiva traz a reboque a prática de tantos outros crimes contra a vida, contra a integridade física, contra o patrimônio, urgindo o acautelamento social.*

*Ora é fora de dúvida que a conduta praticada pelo paciente representa inegável abalo à ordem pública e impõe a pronta intervenção estatal, com vista a manter seus autores afastados da sociedade, pois apesar de condenado poderá de valer de sua liberdade para voltar a delinquir. Assim, é inegável que agiu acertadamente o juízo singular ao manter a segregação do paciente negando a este o benefício de apelar solto.*

De acordo com a decisão inicial, o paciente possui dois procedimentos infracionais em fase final, relativos a roubo, um deles ainda não concluído por culpa da própria defesa (e-STJ fl. 178).

Com efeito, O histórico criminal do agente, a revelar fundado receio de reiteração na prática criminosa, autoriza, por si só, o decreto de prisão preventiva como forma de garantir a ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal (HC n. 304.240/BA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 5/5/2015, DJe 14/5/2015).

Observa-se, porém, que o Juiz singular fixou o regime inicial semiaberto ao paciente (e-STJ fl. 58, grifei):

(...)

***A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida em REGIME SEMI-ABERTO de prisão em estabelecimento prisional adequado, na forma do art. 33, § 1º, "b" do Código Penal, tendo em vista, tendo em vista as circunstâncias judiciais analisadas acima.***

(...)

***Expeça-se guia de execução provisória e o mandado de prisão.***

O Juiz de primeiro grau fixou o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena. Nesse contexto, manter o paciente segregado cautelarmente representa a (ilegal) imposição de um regime prisional mais

# *Superior Tribunal de Justiça*

gravoso do aquele que foi estabelecido na sentença condenatória, caso ele opte por exercer o direito constitucional ao duplo grau de jurisdição.

Embora não se possa antecipar, nesse juízo perfunctório, a liberdade provisória ao paciente, ele tem o direito de aguardar o julgamento de eventual recurso interposto no regime prisional fixado pela sentença, qual seja, o semiaberto.

Nesse sentido, estão os julgados desta Corte:

*HABEAS CORPUS. MANDAMUS SUBSTITUTIVO DO RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA 691/STF. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO. ROUBO MAJORADO. CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CPP. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO CONCRETO. CUSTÓDIA JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. REGIME INICIAL SEMIABERTO DE EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE COM A PRISÃO PROCESSUAL. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA MEDIDA EXTREMA COM O MODO DE EXECUÇÃO FIXADO. COAÇÃO ILEGAL EM PARTE EVIDENCIADA. CONFIRMAÇÃO DA LIMINAR. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

- 1. O STJ, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do STF, como forma de racionalizar o emprego do habeas corpus e prestigiar o sistema recursal, não admite a impetração em substituição ao recurso próprio, salvo nos casos de flagrante ilegalidade.*
- 2. Excepcionalmente, admite-se a superação da Súmula 691/STF, que inviabiliza a impetração de mandamus contra o indeferimento da liminar, nos casos de manifesta ilegalidade que possa justificar a concessão da ordem de ofício, circunstância verificada na espécie.*
- 3. Não há ilegalidade quando a constrição processual está fundada na necessidade de se acautelar a ordem pública, em razão da periculosidade social do agente envolvido, denotada pelo seu histórico criminal.*
- 4. O fato de o recorrente responder outras quatro ações penais é hábil para evidenciar que ostenta personalidade voltada à criminalidade e demonstrar a real possibilidade de reiteração, justificando sua manutenção no cárcere para recorrer.*
- 5. A orientação pacificada nesta Corte Superior é no sentido de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*que não há lógica em deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu segregado durante a perseguição criminal, se presentes os motivos para a preventiva.*

*6. Não é razoável manter o réu segregado durante o desenrolar da ação penal, diante da persistência dos motivos que ensejaram a prisão preventiva, e, por fim, libertá-lo apenas porque foi agraciado com regime de execução diverso do fechado, permitindo-lhe que, solto, ou mediante algumas condições, aguarde o trânsito em julgado da condenação.*

*7. Necessário, contudo, **adequar a prisão com o modo de execução intermediário aplicado na sentença, sob pena de estar-se impondo ao condenado modo mais gravoso tão somente pelo fato de ter optado pela interposição de apelo.***

*8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida em parte, de ofício, para, confirmando-se a liminar anteriormente deferida, determinar que o recorrente aguarde o julgamento de eventual apelação em estabelecimento adequado ao regime prisional fixado pelo Juízo sentenciante - o semiaberto, salvo se estiver preso por outro motivo. (HC 326.945/PI, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO – Desembargador convocado do TJ/PE – Quinta Turma, julgado em 17/9/2015, DJe 1/10/2015).*

*PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO EM CONCURSO DE PESSOAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA DOS PACIENTES. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO. MODUS OPERANDI. REGIME INICIAL SEMIABERTO. COMPATIBILIDADE ENTRE A PRISÃO CAUTELAR E O REGIME MENOS GRAVOSO. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*I - A Primeira Turma do col. Pretório Excelso firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus substitutivo ante a previsão legal de cabimento de recurso ordinário (v.g.: HC 109.956/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11/9/2012; RHC 121.399/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 1º/8/2014 e RHC 117.268/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

13/5/2014). As Turmas que integram a Terceira Seção desta Corte alinharam-se a esta dicção, e, desse modo, também passaram a repudiar a utilização desmedida do writ substitutivo em detrimento do recurso adequado (v.g.: HC 284.176/RJ, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 2/9/2014; HC 297.931/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 28/8/2014; HC 293.528/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 4/9/2014 e HC 253.802/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 4/6/2014).

*II - Portanto, não se admite mais, perfilhando esse entendimento, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração.*

*Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício.*

*III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação pelas instâncias superiores (HC n. 93498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).*

*IV - In casu, os pacientes foram condenados à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial semiaberto pelo crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas, praticado mediante grave ameaça exercida com simulação de arma de fogo e agressão desferida contra a vítima, circunstâncias que denotam o grau de periculosidade dos agentes.*

*V- Dessa forma, dados concretos extraídos dos autos evidenciam que a liberdade dos pacientes acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada a periculosidade, evidenciada na forma pela qual o delito foi praticado (modus operandi).*

*VI - Estabelecido na sentença condenatória o regime semiaberto para o início do cumprimento das penas, e ressalvado o entendimento pessoal deste relator, devem os pacientes aguardar o trânsito em julgado das condenações em tal regime, compatibilizando-se a prisão cautelar com o modo de execução determinado na sentença condenatória.*



# Superior Tribunal de Justiça

*Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para determinar que os pacientes aguardem o trânsito em julgado das condenações no regime semiaberto. (HC 310.676/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 9/6/2015, DJe 16/6/2015).*

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, não conheço do presente *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem de ofício** para determinar que o paciente seja transferido para um estabelecimento prisional compatível com o regime prisional fixado pelo Juízo sentenciante (o semiaberto), salvo se por outro motivo estiver preso.

**Comunique-se, com urgência,** ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator